



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA  
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

SAMUEL PASTOR DO NASCIMENTO

A categoria memória coletiva, enquanto fator preponderante, para o processo de mobilização e ação de resistência às remoções a que foi submetida a população da comunidade da Ilha de Joaneiro, no período de 1978 a 1981.

Recife

2021

## SAMUEL PASTOR DO NASCIMENTO

A categoria memória coletiva, enquanto fator preponderante, para o processo de mobilização e ação de resistência às remoções a que foi submetida a população da comunidade da Ilha de Joaneiro, no período de 1978 a 1981.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, pelo Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Professor Dr. Alexandro Silva de Jesus.

## FOLHA/TERMO DE APROVAÇÃO

### SAMUEL PASTOR DO NASCIMENTO

A categoria memória coletiva, enquanto fator preponderante, para o processo de mobilização e ação de resistência às remoções a que foi submetida a população da comunidade da Ilha de Joaneiro, no período de 1978 a 1981.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, pelo Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco.

---

**Professor Hugo Menezes, Dr.**  
Presidente da Banca - Orientador:

---

**Professor Francisco Sá Barreto, Dr.**  
Membro - Debatedor:

---

**Professor Bruno Araújo, Dr.**  
Membro - Debatedor:

Recife, PE, 18 de junho de 2021.

Dedico este trabalho a todos que  
contribuíram direta ou indiretamente  
para minha formação acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, especialmente: A Deus, a quem devo minha vida. A minha família que sempre me apoiou nos estudos e nas escolhas tomadas. Ao Sr. Elias (meu pai) e a Sra. Bernadete, querida mamãe (in memoriam), por sempre me incentivar e compreender nos momentos difíceis. Ao Orientador Prof. Dr. Alexandro Silva de Jesus que teve papel fundamental na elaboração deste trabalho. Aos meus colegas pelo companheirismo e disponibilidade para me auxiliar em vários momentos.

## RESUMO

A Museologia ao ser questionada<sup>1</sup> epistemologicamente quanto a ser ou não ciência possibilita, àqueles que atuam neste campo do conhecimento, a condição de contribuírem na busca pela construção deste saber no campo museológico. A investigação científica é o viés pelo qual o conhecimento é materializado. Assim, buscamos contribuir nesta perspectiva, com este trabalho, no caminho desta possibilidade, ao indagar o papel que teve a memória coletiva – este tema caro a museologia - no processo de estabelecimento das ações de resistência que foram engendrados pela população da comunidade da Ilha de Joaneiro ao ser exposta à possibilidade de remoção massiva, no período compreendido entre 1978 a 1981. Qual o papel exercido pela memória coletiva nesta construção? Neste trabalho buscaremos compreender essa dinâmica, ao produzir este documento da cultura.

Palavras chaves: Museologia. Remoção. Memória Coletiva. Resistência.

---

<sup>1</sup>. Sobre esta abordagem indicamos o ensaio: "Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?" (1980) Zbynek Z. Stránský\*  
Tradução: T. Scheiner (2008) de Zbynek Zbyslav Stránský

## ABSTRACT

Museology when questioned<sup>1</sup> epistemologically as to whether or not it is science, allows those who work in this field of knowledge, the possibility to contribute in the search for the construction of this knowledge in the museological field. Scientific research is the bias by which knowledge is materialized. Thus, we seek to contribute in this perspective, with this work, in the path of this possibility, by asking the role that collective memory had - this theme dear to museology - in the process of establishing the resistance actions that were engendered by the population of the community of Joaneiro being exposed to the possibility of massive removal, between 1978 and 1981. What is the role played by collective memory in this construction? In this work we will try to understand this dynamic, producing a cultural document.

Keywords: Museology, removal, collective memory, resistance

---

1. About this approach, read the essay: "Museology - science or just practical work?" (1980) Zbynek Z. Stránský \* Translation: T. Scheiner (2008) by Zbynek Zbyslav Stránský

## RESUMEN

Cuando se cuestiona epistemológicamente<sup>1</sup> la museología sobre si es ciencia o no, se posibilita que quienes trabajan en este campo del conocimiento contribuyan a la búsqueda de la construcción de este conocimiento en el campo museológico. La investigación científica es el sesgo por el que se materializa el conocimiento. Así, buscamos contribuir en esta perspectiva, con este trabajo, en el camino de esta posibilidad, preguntando el papel que tuvo la memoria colectiva - este tema querido por la museología - en el proceso de establecimiento de las acciones de resistencia engendradas por la población. de la comunidad de Ilha de Joaneiro expuesta a la posibilidad de un desalojo masivo, entre 1978 y 1981. ¿Qué papel juega la memoria colectiva en esta construcción? En este trabajo intentaremos comprender esta dinámica, al producir este documento de cultura.

Palabras clave: Museología, remoción, memoria colectiva, resistencia.

---

1. Sobre este enfoque, lea el ensayo: "Museología: ¿ciencia o simplemente trabajo práctico?" (1980) Zbynek Z. Stránský \* Traducción: T. Scheiner (2008) de Zbynek Zbyslav Stránský

## LISTA DE FOTO

Foto 1 – imagem de moradores da Ilha de Joaneiro, década de 1970. ....	17
Foto 2 – imagem de moradores da Ilha de Joaneiro, década de 1970, ao fundo habitações. ....	23
Foto 3 – imagem diferença de nível original da Ilha de Joaneiro, comparado ao aterro realizado ...	26
Foto 4 – Imagem de morador da comunidade em seus afazeres de subsistência.....	27
Foto 5 – imagem diferença de nível original do território, comparado ao aterro realizado.....	29

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	11
2. Capítulo I .....	16
3. Capítulo II .....	22
4. Capítulo III .....	31
4. Considerações finais .....	34
5. Referências .....	34

## INTRODUÇÃO

### **Antecedentes**

O desenrolar do processo de pesquisa relacionado ao desenvolvimento do presente trabalho teve início em outubro de 2019, quando estudávamos a disciplina *Patrimônio, Museu e Memória Social*. Naquela altura foi sugerido que escolhêssemos para a nossa pesquisa tema que nos fosse familiar, pois assim o processo de construção do conhecimento se desdobraria de forma menos artificial, e que a escrita poderia se tornar um fato menos árduo - possibilidade atenuada pelo atual momento, em que uma pandemia assolou todo o planeta. Naquele momento decidimos abordar a questão da remoção da comunidade da Ilha de Joaneiro, fato ocorrido entre 1978 e 1981. Ainda em 2019, para o nosso trabalho, foram arroladas cinco pessoas: quatro destas, ainda moradoras do território<sup>2</sup> da Ilha de Joaneiro, local onde a pesquisa teria lugar; e uma delas, já afastada daquele território por alguns anos, mas que, apesar do avançar da idade, encontrava-se ainda muito lúcida e em atividade.

Inicialmente, como registrado acima, a pesquisa foi provocada a partir da necessidade de desenvolvimento de um artigo, como requisito para a aprovação na mencionada disciplina, o que foi realizado com muito empenho. Este fato nos causou o “insight” de realizar, mais adiante, o aprofundamento daquele inicial trabalho, cujo resultado foi tão satisfatório, inclusive a participação dos entrevistados. A partir deste pensamento ficou programado o retorno futuro deste pesquisador ao território da comunidade da Ilha de Joaneiro, para o aprofundamento dos trabalhos. Agora como projeto de conclusão de curso, ou simplificando, o TCC, tendo o mesmo se desdobrado em duas etapas, com a primeira parte sendo a construção do projeto de pesquisa e, a segunda e última etapa, o desenvolvimento da redação documental resultante da pesquisa.

Com o advento da pandemia de Covid-19 no início de 2020, toda a programação teve que ser repensada, exigindo o adiamento de diversas atividades, nos dois consecutivos semestres daquele ano, como consequência do afastamento social que foi imposto a toda a população do país. As entrevistas de campo tiveram que ser adiadas, em razão das recomendações das autoridades de saúde e sanitárias.

---

<sup>2</sup> Conforme o dicionário on-line Dicio: área de um país, de um Estado, de uma cidade, município etc. Para saber mais consultar o site: <https://www.dicio.com.br/territorio/>. Dt. última consulta: 3/05/21 às 19:00.

Nos meses seguintes e até o final do ano de 2020 ocorreram várias restrições, inclusive a obrigação do uso de máscaras e álcool em gel, e exigência de manutenção do afastamento social. Isto impactou muito a continuidade da pesquisa, pois como as pessoas que seriam entrevistadas eram idosas, impunha a necessária manutenção de afastamento social. Assim, até o final de 2020 e início de 2021 não foi possível a realização da coleta de informação junto ao público alvo da pesquisa, em função do contexto da pandemia.

Em meados do mês de março de 2021, foi aventada a possibilidade de realização da entrevista àquelas pessoas, utilizando-se o recurso do envio de formulário eletrônico por meio do Google Formulário, para pessoa do convívio dos entrevistados que se dispusessem a mediar a entrevista e, na sequência, nos enviar os formulários. Ação efetivada com pleno êxito, possibilitando-nos, a partir dali, dar continuidade ao presente trabalho, que transcorreu buscando-se adaptar os procedimentos delineados inicialmente no projeto de pesquisa, aliado aos conteúdos já coletados anteriormente.

Desta forma, o presente trabalho é resultado do empenho coletivo para a construção de conhecimento, que vem se desdobrando ao longo de aproximados quatro anos, com a finalidade de apresentar à sociedade o profissional de museologia, qualificado e em condições de atuar no campo museológico: desenvolvendo pesquisa, na produção de documentação em museu, lecionar para o campo museológico, na gestão de museu e/ou desenvolvendo eventos e atividades diversas voltadas para o campo.

Neste aspecto, podemos vislumbrar este documento, ainda, enquanto produto de elaborada pesquisa, que teve como fulcro compreender as dinâmicas sociais relacionadas à memória coletiva – este tema é um dos tópicos de interesse da museologia - relativa às experiências, de vida contemporânea, dos moradores da comunidade da Ilha de Joaneiro, que no período de 1978 a 1981, vivenciaram o ápice de um longo e intrincado processo, politicamente articulado, de tentativa de remoção orquestrada pela ação do Estado, em função de, supostamente, atender aos interesses do setor imobiliário local, reverberando em ações, dentro e fora da comunidade, na busca por estancar tal movimento. Ações de resistências que estavam, em nossa ótica, profundamente ancoradas, simbolicamente, em elementos da memória coletiva, nos termos propostos por Michael Pollak (1989):

“[...] A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra. como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas. aldeias. regiões, clãs, famílias, nações etc. (Pollak, 1989, 9)”

Assim, buscaremos elencar neste nosso trabalho, os fatos que precederam tal ação de remoção da população, reconstituindo a trajetória daquela comunidade, de sua gênese à contemporaneidade, a partir das narrativas de seus moradores e na documentação a ela relacionada, num exercício de interpretação da memória coletiva, que possa ser relevante para o entendimento do “*modus*” de constituição do sentido de coletividade. Bem como, a apreensão dos aspectos que compõem a trama que foi elaborada, no conjunto dos moradores daquela comunidade, que ao longo de quase dois séculos de sua existência, determinaram a constituição das narrativas fundamentais – naquele momento crítico de remoção - para o entendimento das *dinâmicas simbólicas*, que foram decisivas na formulação das ações de resistência interna aos processos de remoção.

Entendemos que as conclusões vindouras da presente investigação, serão significativas para o processo de valorização do território dessa comunidade, especialmente, por seus integrantes das gerações que chegaram depois dos episódios aqui narrados. Sendo oportuno construir o entendimento da importância de ter um local onde se alojar à noite para dormir, o endereço para colocar na correspondência, que envia e/ou recebe na ocasião de realizar um contrato de trabalho, estudo, etc. São ações tão corriqueiras que poucos percebem o seu alto significado.

A valorização e o entendimento desses fatores por parte destas pessoas dar-se-á, também, em nossa compreensão, em razão da reconstrução atualizada destas narrativas de luta, que foi desencadeada pelos mais antigos moradores. Neste sentido, será conveniente a construção deste (re)conhecimento, que ainda pode funcionar como material de consulta para pesquisa e, grosso modo, “manual de procedimento”, para comunidades que, no futuro, venham experimentar estes mesmos processos, num verdadeiro método de reconstituição da memória coletiva, consoante com o afirmado por Jacques Legoff (1988): “[...] a memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (Legoff, 1988, 44)

A comunidade da Ilha de Joaneiro, na atualidade, vivencia um ambiente de relativa tranquilidade, quanto à possibilidade de ação do Estado no sentido de remover a sua população do território que ocupa. Todavia, um processo distinto de luta vem se desdobrando, trata-se da aquisição das moradias nas imediações dos limites da comunidade. Tal ação tem causado, passo a passo, o avanço da construção de habitação de alto padrão, empurrando de forma lenta e gradual os limites originais da comunidade, fato que caberia um novo estudo; não se tratando de uma estratégia nova, mas de uma continuidade adormecida e latente.

A Ilha de Joaneiro, a exemplo de outras comunidades existentes nas periferias das grandes cidades, surge a partir da necessidade dos integrantes das classes desvalidas da sociedade, por um lugar de habitação que possa atender as mais básicas demandas destes seres humanos, geralmente desprovidos dos meios mínimos necessários às suas sobrevivências. Os espaços ocupados por indivíduos característicos deste universo, geralmente, eram áreas de pouco ou nenhum valor para as empresas do setor imobiliário, comumente foram áreas alagadiças, margem das estradas, e até as encostas dos morros, mais afastados dos centros comerciais, industriais e político administrativos das metrópoles. Como exemplo podemos citar as cidades satélites que circundam o “*plano piloto*” na capital do país, neste aspecto afirma Boa Ventura de Souza Santos (1988): “[...] Esta especificação do espaço, porque sujeita as regras de distribuição capitalista é responsável pela crescente segregação social e territorial de que são vítimas a classe trabalhadora. (Souza Santos, 1988, 63)”.

Assim, o território que constitui a Ilha de Joaneiro, conforme relato dos moradores antigos, coletados na entrevista que antecedeu este trabalho, foi constituído a partir dos aterros feitos com toda espécie de material. Desde barro, pedra, entulhos e outros, pois se tratava de uma região de alagados. Sua população inicial era constituída basicamente de pescadores, os quais utilizavam o canal da Tacaruna como caminho para chegarem ao mar, a partir da comunidade. A implantação das indústrias nas imediações do centro do Recife, como as fábricas de tecido da Tacaruna, de refrigerante “Crush” e “Fratelli Vita”, nas décadas de 1960 e 1970, entre outras - que já não mais existem - ocasionaram o aumento gradual da área ocupada por aterros e, conseqüentemente, o incremento no número de habitantes, em razão das novas possibilidades de trabalho e renda que oportunizavam.

Essa população, oriunda inicialmente da própria cidade do Recife, inclusive ex-escravos e/ou seus descendentes, nos termos propostos por Gleyce Kelly Heitor (2013), compuseram o caldo social com as pessoas que fugiam dos sertões, em razão da situação de precariedade ocasionada pelas sucessivas secas, no interior de Pernambuco e de outros Estados da Região Nordeste do Brasil, conforme relatos dos moradores longevos. Estes indivíduos, que estabeleceram a gênese da Ilha de Joaneiro, foram importantes para o processo de constituição daquele território, por intermédio dos precários aterros, realizados com a utilização de materiais dos mais inimagináveis.

A prática do aterro generalizado possibilitou a expansão da ocupação, até os limites das residências mais opulentas, as quais circundavam as áreas dos alagados, criando “constrangimentos” aos moradores abastados, cujas habitações beiravam o limite do território dos pobres. Esta situação estabelecia uma constante tensão entre estes e aqueles. Pois, era corriqueiro aos abastados serem abordados nas ruas, ou até em suas moradias, por pedintes, que saíam, em

sua maioria, do território da Ilha em busca de trabalho e/ou auxílio, dirigindo-se aos privilegiados moradores situados nas fronteiras daquele território.

A Ilha de Joaneiro, até meados dos anos de 1970, delimitava o seu contorno com quatro bairros. Naquela época, bairros típicos de classe média, os quais eram: Campo Grande, João de Barros, Torreão e Santo Amaro. A Ilha, contava com uma população estimada de aproximados duas mil famílias, segundo relatos obtidos na pesquisa, todas em condições irregulares de ocupação, conforme os parâmetros da Secretaria de Habitação da época, sendo este um dos argumentos utilizados para fundamentar as ações de remoção que se seguiriam.

Algumas situações específicas também ocasionaram remoções pontuais, como a construção de estradas<sup>3</sup>, cujo traçado cortava, pelas margens, parte do território da comunidade, a exemplo da Avenida Agamenon Magalhães. Ou, pelo alargamento das vias já existentes, como ocorreram com a Rua Othon Paraíso, e também com a Avenida Odorico Mendes. Ambas as intervenções foram utilizadas como discurso desenvolvimentistas, que fundamentaram as remoções parciais que se deram no período.

Cabe ressaltar ainda que o território ocupado pela comunidade, no período considerado aqui, continuava a apresentar nichos de alagados, especificamente, nas fronteiras de transição entre a área “pobre e a rica”, o dentro e o fora. Sendo muitos desses espaços limítrofes objetos dos aterros corporativos, para a construção de empreendimentos imobiliários voltados para a classe média, a exemplo das vilas construídas entre o bairro do Torreão e Avenida Agamenon Magalhães. Até a escola estadual, que supostamente beneficiária a comunidade, para a sua construção foi necessário a realização de ações pontuais para remover parcela, mesmo mínima, daquela população.

Diante do que acabamos de relatar, fica evidente as intencionalidades das ações, que tiveram lugar na comunidade da Ilha de Joaneiro, ao longo de várias décadas, mas que se intensificaram no período que propomos pesquisar. Ações no sentido de remover, a comunidade em questão, do território que ocupava há longos anos.

Os fatos aqui narrados constituem os objetos deste nosso estudo de caso, que nos propusemos realizar, trazendo como questão, ou melhor, problema, a relação de urdidura daquilo que nomeamos por gênese da ação de oposição à remoção, que foi engendrada pela mencionada comunidade, num movimento articulado, em nossa ótica, e, para além das questões objetivas de sobrevivência, em razão da *memória coletiva*. Teve por fundamento a constituição daquele histórico território de conflitos e de sobrevivências.

<sup>3</sup>. Sobre este tema ver o depoimento da senhora Mariluce na página nº 20.

O nosso tratamento implicou uma pesquisa aplicada, com enfoque qualitativo descritivo, sendo as conclusões delineadas ao longo de três capítulos, conforme seguem as páginas adiante. Em *Microfísica do Poder*, diz Michel Foucault:

O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico [...], e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. (Foucault, 1977, 6)

É com esse espírito investigativo e analítico que pautaremos nossas indagações, tendo como eixo a museologia pautada na interdisciplinaridade, num esforço colaborativo em função de iluminar as questões que circundam o tema em voga.

## **CAPÍTULO I**

### **Um território, a memória de muitos conflitos**

O território que constitui o que chamamos, hoje, Ilha de Joaneiro foi num passado não muito remoto área de alagados. Parte integrante de uma extensa região que era inicialmente chamado de campo grande, nos limites orientais do atual bairro homônimo de Campo Grande, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco. Como o próprio nome indica, era uma grande extensão de terras ocupadas, basicamente, por uma ampla vegetação rala, de pouca densidade, permitindo visualizar um vasto território, alternando espaços de terra firme com áreas de alagado (Vanessa Gonzaga 2019).

O território da Ilha de Joaneiro, em particular, é resultado dos aterramentos realizados nos espaços alternados das terras e dos alagados. Área, outrora, pouco “nobre” do mencionado bairro, que margeia, ainda hoje, o canal da Tacaruna no prolongamento da Avenida Agamenon Magalhães. Avenida que promoveu, para a sua concretização, uma das maiores remoções vivenciadas pela comunidade, pois significou a saída de inúmeros “mocambos”, que margeavam aquele canal, no sentido de seu prolongamento, isso lá em meados da década de 1960.

Sua gênese tem o conflito como matéria constituinte, pois resulta de processos sociais, políticos e históricos não totalmente deslindados, pelo qual passou boa parte de sua inicial população, esta oriunda dos grilhões da escravidão (Heitor, 2019), população predominantemente negra e historicamente de baixa renda (Gonzaga, 2019), que vislumbrou neste território a possibilidade de constituírem suas existências (Paulo Peixoto, 2004), conforme o preconizado no Artigo 5º da Constituição Brasileira:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social [...]; (CFB, 1988, 3).

Ainda que todos os meios e instrumentos necessários para uma existência minimamente digna, não se fizesse aparente naquele ambiente. Sobre esse contexto assevera Peixoto (2004):

Mais do que aquilo que aparentemente significam, e enquanto metalinguagens, património e identidade representam tudo o que é ameaçado por uma urbanização lancinante, inclusive aquilo que, muitas vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, uma autoestima e uma identificação incondicionais em relação ao local de residência, a cidade à escala humana. (Peixoto, 2004, 184)

Ali, naquele território, foi possível a formação de uma pequena comunidade de moradores, cuja existência, em condições sofríveis, que era evidente pela precariedade das condições de moradia, sendo quase que totalmente formada por barracos de madeiras e palha, conforme as paupérrimas possibilidades da maioria dos seus moradores, constituindo assim os nominados, à época, por mocambos. A imagem abaixo ilustra em segundo plano as condições das habitações em geral:



Foto 1 - Década de 1970. Ao fundo habitações típicas da comunidade – acervo da Sra. Mariluce.

Conforme o relato da senhora Mariluce - nome fictício, que atribuímos à longeva moradora - Esta senhora teve marcante participação nas ações de resistência contra as remoções, sendo uma das pessoas que articulou o mencionado movimento. Em seu depoimento afirmou: - “as moradias eram muito precárias, construídas utilizando todo tipo de material que era possível comprar ou encontrar, como tábuas, madeiras, palha e outros, que, inclusive, achávamos nos entulhos que encontrávamos noutros bairros mais estruturados e trazíamos para reforçar as casas<sup>4</sup>”. Era comum haver *mutirão* entre os moradores, principalmente quando a pessoa era mais carente que os demais, ou então, estava enferma e não podia melhorar ou refazer a própria “casa”.

<sup>4</sup>. Para saber mais consultar o site: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/05/19/uma-cidade-chamada-ilha-do-joaneiro-42667.php>: Dt.última consulta: 23/04/21 às 19:45.

Nesses momentos de mutirão, era usual a alguns moradores reunirem-se em grupos pequenos para trabalharem, em conjunto, sem remuneração, na melhoria da habitação daquele que se encontrava enfermo, ou pessoa mais precarizada. Este padrão de comportamento, predominante entre aquelas pessoas, constitui-se em indicativo de um processo existente de coesão social, que era latente lá nos primórdios do surgimento da coletividade.

Estes moradores, quase em sua maioria, enfrentavam além da própria dificuldade de obter recursos para as suas sobrevivências básicas, como meios adequados de alimentação, a necessidade de dominar aquele território ainda hostil, em razão das conjunturas de alagamento e total falta de infraestrutura, demarcando outro conflito existente entre os moradores e as condições insalubres predominantes naquele território.

Embora houvesse uma sistêmica pobreza no território constituinte da Ilha de Joaneiro, materializada não apenas na qualidade das habitações dos moradores da Ilha, no período inicial, mas ainda pela falta absoluta de infraestrutura mínima de apoio às moradias, como rede de esgoto, água encanada, instalação de iluminação pública e calçamento nas ruas da comunidade. Contudo a coesão existente entre esses primeiros moradores definiu a formação de um território demarcado por uma intrincada relação de afetividade, em grande parte dos habitantes, é o que relata a moradora Benildita, moradora remanescente, em sua entrevista.

Isto ficava marcado, também, nos inúmeros momentos em que havia situação de alagamento do território, em razão das chuvas do período de inverno, em que boa parte das habitações ficava submersa, parcial ou totalmente, sendo necessária a sua desocupação, antecipada ou simultânea ao alagamento, com a saída parcial ou total dos seus moradores, conduzindo os seus parques pertences e familiares. Essas ações eram realizadas, na maioria das vezes, por pessoas da própria comunidade, jovens ou adultos, que, em grupo, saíam por toda a comunidade, em auxílio dos mais necessitados, providenciando a sua remoção em segurança.

Ao fazermos essas afirmações, embasada nos depoimentos, buscamos evidenciar uma relativa coesão existente no conjunto dos moradores, manifesta não apenas nestes momentos de calamidade pública, mas ainda nas ocasiões dos festejos, que eram articulados pelos moradores, durante as festividades comuns ao calendário geral, como o período de carnaval, onde era comum o “mela-mela” entre moradores, especialmente no conjunto dos mais jovens, e/ou as quadrilhas juninas e as festas de final de ano.

Não queremos, com isto, afirmar que havia um paraíso de harmonia no interior da comunidade da Ilha de Joaneiro, entre seus habitantes, com a população vivendo de modo idílico. Mas, buscamos, de modo empírico, evidenciar a existência de um padrão comum de sociabilidade,

que possibilitava o intercâmbio, entre essas pessoas, de ideias, atitudes e interesses, apesar da situação total de desamparo, por parte do Estado; Estado este que, indistintamente, pôs em cheque a existência da mencionada comunidade, como veremos adiante.

Este Estado que em inúmeras ocasiões se fez “presente”, na comunidade da Ilha de Joaneiro, conforme a fala dos entrevistados, mostrando o quanto era truculento no trato com aqueles moradores que atravessavam o limite estabelecido pela lei, em razão de buscarem por meios não convencionais, suprirem suas necessidades concretas e simbólicas adentrando na realidade sombria da ilegalidade. Empiricamente, em nosso olhar, este e os demais episódios aqui narrados formaram, como um caleidoscópio, um conjunto de imagens, as quais se fundiram constituindo-se em elementos que compõem parte do acervo simbólico de tensão e de narrativas que estruturaram a *memória coletiva* da população daquela comunidade, neste sentido afirma Pollak (1989):

[...] a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos! Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. (Pollak, 1989, 7)”

Os agentes do Estado, naquele momento, deixavam claro para todos os moradores daquela comunidade, de modo “peculiar, didático e ritualizado”, como poderia ser o tratamento a eles dispensado, caso enveredasse pelos mesmos obscuros caminhos. Tal situação evidenciava, de modo chocante, que para além do conflito pelo território, e para a luta pela permanência no mesmo, existiam outros conflitos, que se faziam presentes no cotidiano da comunidade, pois se tratavam dos eventos de luta próprios dos moradores, por suas existências individuais, enquanto sujeitos na e da comunidade.

## **O recurso da memória**

Ao longo dos anos, desde sua origem, a comunidade da Ilha de Joaneiro, a exemplo de todos os territórios de periferia, tem passado por momentos de inflexão. Foram episódios, alguns dramáticos, outros felizes, os quais a marcara de modo incontestado, e que fazem parte das narrativas que têm sido compartilhadas, no interior da comunidade, por sua população. A cheia do início da década de 1970, certamente, faz parte dessas narrativas, que são constituídas e reconstruídas, diuturnamente, no interior da comunidade da Ilha de Joaneiro, formando um específico e elaborado léxico, que circula por todos aqueles que tiveram a experiência de compartilhar aquela que foi a maior cheia ocorrida no Recife, tendo sido extremamente crítica para todo o “baixo” Recife, mas que afetou drasticamente a população da Ilha de Joaneiro.

Os fatos relacionados a esses acontecimentos compõem, ainda hoje, o conjunto daquilo que podemos indicar como memória coletiva, nos termos elencados por Pollack (1989)<sup>5</sup>, embora estejamos a meio século passado deste fato.

Os moradores daquela comunidade, aqueles mais antigos, ainda são capazes de se referirem a esses elementos narrativos, os quais estão presentes nos depoimentos dos entrevistados que compuseram o escopo de nossa pesquisa. Essas mesmas pessoas indicaram que o modo como foram afetados pela catástrofe, redefiniu um padrão de sociabilidade, visto em poucos momentos, no seio da população da Ilha, que reverberou por muitos anos, deixando suas marcas ainda hoje.

Outros fatos, não menos marcantes, pairam como nuvens, compondo o conjunto das narrativas, preservadas, de modo simbólico, no âmago da população da Ilha, como as disputas a cavalo, as quais eram realizadas por alguns moradores, no interior do território da Ilha de Joaneiro, em meados da década de 1960/1970. Mesmo os acontecimentos mais pitorescos, ainda eram e são compartilhados, geração a geração; ainda não sendo sistemático, mas mediante o uso de antigas fotografias, recortes de jornais, narrativas e outros recursos. Uma população que utilizou sua experiência comum, enquanto meio de aglutinar o conjunto dos moradores em volta de um tema, ou objetivo de interesse geral. Este movimento foi mais consistente no período relacionado às remoções, sobre este aspecto indica Jesus (2016): “[...] o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, [ou] prolixa [...], muitas vezes como narrativa [...] (Walter Benjamin, 1994, 13 Apud Jesus, 2016, 9)”.

Essas remoções promoveram impactos decisivos em todos os aspectos da vida da comunidade. A redução de parte significativa da população foi seu elemento mais visível, todavia outras questões, no âmbito das dinâmicas das relações sociais, afetivas e, inclusive, psicológicas foram impactadas, ocasionando um vácuo abissal, nas relações de vizinhança que foram profundamente comprometidas. Tanto para os adultos, como para as crianças e adolescentes, que naquele crítico momento, presenciaram o brusco afastamento, em razão da ação de remoção dos seus parentes, amigos, enfim, aqueles com os quais por anos compartilhavam suas alegrias, mágoas e angústias, vivências e sobrevivências, que funcionavam na urdidura constituinte da memória coletiva da população daquele território, conforme Jesus (2019, 28), “afetando a tessitura metafórica com a qual se possa dizer o mundo e a experiência”.

<sup>5</sup>. Conforme o mencionado autor: “[...] as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva. (Pollack, 1989, p 01)”.

Em todo o caso, a releitura empírica que despontou da memória coletiva, naquele momento crítico, resultou, de forma inconsciente, do sentido e das experiências coletivas pretéritas. Estabelecidas e vivenciadas no interior da comunidade, possibilitando o estabelecimento de um acordo tácito de confiança mútua. Num primeiro momento, em razão da necessidade comum e premente ao conjunto dos moradores, estes remanescentes da remoção. Os quais entenderam, a partir daí, a urgência de unirem-se para formarem, para além do âmbito simbólico, ainda que de modo não consciente, mas ancorado nas memórias remanescente de um passado comum - não tão distante - captado para constituição de um corpo identitário efetivo - que os elevando na comunidade ao mesmo patamar de protagonismo, permitiu a construção de um movimento interno de resistência à remoção, o qual reverberou numa ação política envolvendo, inclusive, indivíduos do meio externo à própria comunidade. Sobre este aspecto diz Mário Chagas (2013):

A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundador especialmente selecionado, a experiência que se desenrola no presente. [...] “É ação política, não necessariamente partidária, que faz coincidirem memória, identidade...”(Chagas, 2003, 136).

O conjunto dos habitantes da Ilha de Joaneiro compartilhavam experiências distintas, que se constituiu num mosaico de histórias, em alguns pontos comuns, que almagamavam um corpo de memória, recurso com o qual foi possível a junção e formação do sentido de colaboração mútua, constituída sob um manto de confiança coletiva, de que era factível unir-se um ao outro, aqueles(as) com quem se compartilhavam as dificuldades objetivas comuns ao cotidiano da população daquele território. Assim, estabeleceram comissões de moradores, fiados na crença e na esperança de que era possível resistir as remoções impedindo a sua completa consumação.

Diante destes aspectos, queremos resgatar que nossa abordagem busca compreender o(s) mecanismo(s) que, para além da necessidade objetiva de manutenção da população e daquele território de conflitos, foram determinantes na constituição do movimento de oposição às remoções, e qual o papel desempenhado pela memória coletiva, que pressupõe a existência de um sentido de comunidade, neste aspecto Pierre Nora (1993) diz: [...] A memória emerge de um grupo que ela une. (Nora, 1993, 9)

As condições de sociabilidade que havia no seio da comunidade, em razão das relações de proximidades, inter cruzadas pelas narrativas simbólicas e concretas, que foram sendo constituídas por sua população, ao longo dos anos, eram e ainda são, os elementos primários, em nossa compreensão, que deram corpo para a construção - naquele território de conflitos que estava em contínuo processo de criação - dos elementos fundantes daquilo que poderíamos nomear por capital

socio-cultura, sem refutar o sentido de capital<sup>6</sup> elaborado por Marx (2000), permitindo o considerar ainda na categoria de *recurso*, mas que para esta nossa elaboração sendo mais conveniente admitir o constructo da categoria de *memória coletiva*, nos termos postos por Legoff (1984): “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (Legoff, 1984, pg 45)”.

Neste aspecto, acreditamos que nossa argumentação segue coerente no sentido de consolidar o sentido atribuído a categoria memória coletivo, no âmago da população da comunidade da Ilha de Joaneiro, no período aqui resgatado, apontando o que postula Pollack (1989):

[...] consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. (Pollack, 1989, 1)

## CAPÍTULO II

### Esses moradores... a septuagenária

Como ficou marcado ao longo deste trabalho, “o morador daquele território se constituiu num exemplo de resistência”, pois quase tudo naquele espaço se lhe apresentava de forma hostil, conflituosa, exigindo-lhe uma grande força interior para sua permanência. Estas palavras em destaque, transliteramos num dos depoimentos que resgatamos dos moradores longevos, os quais se dispuseram a colaborar na construção deste trabalho de pesquisa. Para o nosso trabalho de investigação foram convidadas cinco pessoas. Entretanto devido as consequência relacionadas à pandemia de Covid-19, só nos foi possível coletar depoimentos de três destas pessoas, em razão das restrições de contato impostas pelas autoridades de saúde e sanitárias e, ainda as limitações para o manuseio e acesso a equipamentos e dispositivos eletrônicos, que impactavam os entrevistados e demais pessoas dos seus círculos sociais.

Uma dessas pessoas foi a senhora Mariluce, nome fictício que atribuímos a uma das entrevistadas. A senhora Mariluce, em seu depoimento nos informou que veio para o território da Ilha de Joaneiro ainda criança, com os familiares. Isto ocorreu em meados da década de 1960.

<sup>6</sup>. Em sua obra clássica, “O capital” (Marx, 2000), afirma ser o capital: “a relação social [...]. As coisas — instalações, máquinas, matérias-primas etc. — constituem a encarnação física do trabalho acumulado para servir de capital, na relação entre o proprietário dessas coisas e os operários contratados para usá-las de maneira produtiva”.

Quando chegou era muito pequena pouco mais de cinco anos de idade, com outros dois irmãos menores. Afirma que seu pai teria sido vaqueiro no interior da Paraíba, mas que em razão da seca mudou-se para o Recife, depois de passar por algumas cidades do interior. Ao chegar ao Recife, naquela época, seu pai foi trabalhar na feira, vendendo verdura e outros produtos. Mas, depois que se “aprumou”, passou a vender carne bovina, a qual ele adquiria no antigo matadouro do bairro de Peixinhos, ou junto aos mercadores, chamados naquela época de “*machant*”. Como tinha sido vaqueiro no Sertão, gostava muito de animais, tipo vaca, cavalo, porco, etc.

Em razão desse seu gosto por animais passou a criar cavalos, mesmo naquele local que era muito cheio de alagados, mais que devido a isso apresentava, em alguns pontos do território, uma vasta vegetação apropriada para a alimentação dos animais de grande porte. Segundo a senhora Mariluce, o seu pai não era o único a ter pequenas criações de vacas e cavalos. Outros moradores também criavam esse tipo de bicho. Também tinha aqueles que só criavam porcos: – uma imundice daquelas – comenta a septuagenária senhora.

Segundo relatou a senhora acima citada, era comum ao seu pai realizar as chamadas “cavalhada”, ou corrida da argola, quando algumas pessoas criadoras de cavalo da comunidade ou de fora dela, se reuniam para celebrar o santo padroeiro dos cavaleiros, São Jorge. Para isto, preparavam o caminho por onde seriam feitas as disputas, deixando o caminho livre para a passagem das duplas a cavalo, que competiriam.

Essa atividade tinha um apelo muito grande no interior da comunidade, conforme o informado pela senhora em questão. Era comum haver agitada aglomeração ao longo da chamada “pista de corrida”, que se tratava apenas de uma das ruas da comunidade, que naquele momento ficava interditada, total ou parcial, para a realização daquela atividade em função de não existir no território da comunidade, a época, espaço que permitisse realizar, de modo adequado e resguardado, sem a ocorrência de incidentes.



Foto 2 - imagem de moradores da Ilha de Joaneiro, década de 1970, ao fundo habitações – Acervo Sra. Mariluce.

Essas festividades se repetiram por vários anos, segundo a senhora Mariluce, até o final dos anos de 1960, época na qual deixou de existir, em razão da remoção que ocorreu no período, para a construção da Avenida Agamenon Magalhães. Nesse processo foram removidas muitas famílias, as quais ocupavam a margem do canal da Tacaruna, por onde o traçado da pista foi estabelecido, ocasionando a saída daqueles moradores, cujos barracos beiravam o limite do canal. Entre as quais estavam aqueles criadores de animais, pois o canal facilitava a manutenção dos bichos.

Outro relato, não menos interessante, da senhora Mariluce trata-se da coleta de água, que era feita em chafariz, estrutura construída em local centralizado no interior da comunidade, que foi implantado pela prefeitura, após muitos anos de pedido feito, com sua instalação em meados dos anos de 1960. Era comum a existência de chafarizes espalhados pelos bairros mais estruturados, - conforme o afirmado - depois é que começou a colocação geral de água encanada, que inicialmente era coisa só para o povo rico.

Segundo seu comentário, o chafariz era um dos lugares da comunidade onde se davam os encontros simultâneos e coletivos, em particular das mulheres, vez que eram estas que muitas vezes estavam nas filas, com os vasilhames para encher de água e os conduzir às moradias, ou com as bacias de roupa para lavar, nas proximidades do chafariz, evitando os muitos deslocamentos, de idas e vindas, em razão de coletar água para roupa lavar.

Lá, na fila da água, que era um dos lugares privilegiados para as trocas de informação, ou fofocas, como pontuou a senhora Mariluce, havia uma verdadeira central de informação, “tudo” ali era falado, dos temas mais *picantes* aos nem tanto; os homens também tinham as suas histórias, mas as bodegas eram os lugares onde eles verbalizavam com mais fluidez, particularmente naquelas bodegas em que havia jogo de sinuca e outros. Isto reverberava em outros aspectos sociais na população da comunidade, que trataremos mais adiante.

Na sua fala, a senhora Mariluce indicou que existiam outras atividades realizadas no interior da comunidade, por iniciativa da igreja católica e evangélica que no território da Ilha de Joaneiro mantinham suas representações, e ainda os terreiros de candomblé, cujos mais conhecidos tinham como mãe e pai de santos, a Maria do cabelão e o Bila, respectivamente.

Essas instituições promoviam atividades específicas ligadas aos seus rituais sagrados, que aglutinavam a população da comunidade em volta delas, estabelecendo nos indivíduos locais camadas de distinção dos demais, com certo grau de prestígio ou até repulsão, prescrevendo modos específicos de comportamento para seus agregados, causando certa tensão entre eles e a população em geral. Essas marcas de distinção eram borradas constantemente em razão das

necessidades comuns, em função das calamidades que a todos atingiam, agregando-os em busca de soluções que mitigassem as piores contingências, conforme relatado nas páginas seguintes.

O depoimento acima denota o complexo conjunto de características socioeconômicas que compunha a população daquele lugar. Esta “fala”, em particular, possibilita-nos evidenciar os elementos inseridos nas experiências cotidianas comuns do lugar, que percebemos contribuir para a construção simbólica, imagética de um acervo possível de ser compartilhado nas narrativas que, em nossa leitura, consigna a memória coletiva naquele território.

## **A octogenária**

Outra senhora entrevistada cujo nome fictício é Benildita, nos informou que cresceu na comunidade, pois a sua falecida mãe veio morar no território da Ilha de Joaneiro ainda grávida, faltando poucos meses para concebê-la. A mãe mudou-se junto ao marido, que na época trabalhava no conserto de relógio. Afirmou que este fato ocorreu no início da década de 1950, na época tudo era muito mais difícil, pois não existiam as facilidades de hoje, como carro para “quase todo mundo”, televisão, geladeira, telefone, tudo isso era coisa que só os ricos tinham.

A senhora em questão segue afirmando: - Até a coleta de água era coisa muito distante, tínhamos que ir pegar água do outro lado do canal da tacaruna, lá no chafariz da Ilha do Chié. Havia ainda muitos alagados e vegetação, como o mangue e o mato bravo mesmo. Quando era tempo de chuva e a maré subia, tudo ficava embaixo da água, um alagado só. Alguns barracos eram feitos dentro dos alagados mesmo, como palafitas, o povo fazia ponte de madeira, onde não dava para passar pisando em terra devido a água da maré. Grande parte do território da Ilha de Joaneiro estava alagado, sendo necessário fazer passarelas improvisadas de madeira ou pedras, em boa parte das ruas ou becos. As pessoas faziam aterros, mais quando a maré subia, mesmo não sendo nos períodos das chuvas, arrastava grande parte dos aterros que não eram firmes.

- Era comum – continua a longeva senhora: – nesses períodos da maré alta, grupos de homens de várias idades, seguirem até a saída das águas, lá no canal da Tacaruna, para abrir a tampa de ferro (bueiro) da tubulação de esgoto que era oriunda da comunidade, no momento da maré vazante, para tentar fazer aumentar a velocidade de saída das águas que alagavam o território da comunidade. Ela acrescentou também, que, em sentido contrário, aquelas pessoas fechavam a citada tampa, na tentativa de impedir a entrada de água vinda da maré, nos momentos de chuva

intensa. Mesmo sendo duvidosa a eficácia dessa prática, por ser o território da Ilha relativamente baixo em relação ao seu entorno. A Ilha recebia água, nesses períodos, dos bairros do seu entorno, além da própria chuva, potencializando o alagamento.



Foto 3 - imagem que situa a diferença de nível original da Ilha de Joaneiro, comparado ao aterro realizado - Acervo Sr. Eliezer.

As pessoas da comunidade, segundo o coletado na entrevista com a senhora Benildita, ocupavam-se de toda a sorte de atividade, pelo que ela disse lembrar: - Muitos faziam “bicos”, outros trabalhavam por conta própria, vendendo frutas e verduras pelas ruas, pintando as moradias dos ricos, e em muitas outras coisas, que não lembro. As mulheres, muitas, *lavavam roupas de ganho*, como era chamado lavar roupas para terceiros. Normalmente para pessoas de fora da comunidade, com maior poder aquisitivo. - os ricos, como a senhora em questão se referia. - Outra atividade comum às mulheres da comunidade era o trabalho de doméstica.

A senhora Benildita segue sua narrativa: - lembro que havia na comunidade muitas barracas ou bodegas, de tamanho variado, sendo a mais popular, em razão do tamanho - maior que a grande parte das bodegas existentes na comunidade – era a bodega do seu Galego, para onde a maioria dos moradores se dirigia. Nessa época não existia os supermercados de hoje. Os barraqueiros ou bodegueiros, como eram chamados os donos das barracas. Essas pessoas constituíam uma pequena *elite* no interior da população da comunidade.



Foto 4 – Imagem de morador da comunidade em seus afazeres de subsistência, acervo Sr. Eliezer.

Como indicado por Gonzaga (2019), a população constituinte do bairro de Campo Grande era predominantemente de baixa renda. Neste grupo podemos incluir a grande maioria dos habitantes do território da Ilha de Joaneiro, pois em razão das atividades que era comum exercerem, conforme captado nas entrevistas, a integralidade da massa constituinte desta comunidade situava-se num patamar de rendimento que indicava um padrão crítico de renda. As condições de vida do conjunto da população era o testemunho, contudo havia exceção.

Ficou marcado, ao longo da entrevista, que na situação de carência que abundava na comunidade, existia uma minoria daquela população que era detentora de privilégios próximos aos desfrutados pelos integrantes da classe média, em função dos pequenos negócios que mantinha, e/ou de qualificação da qual era portadora. Os donos das barracas ou bodegas, junto aos trabalhadores legalizados (mestres de obra, eletricitistas, pintores de carro, enfermeiros, e outros), isto é, aqueles que tinham contrato formal de trabalho, em geral, esse grupo apresentava uma qualidade de vida acima da média das pessoas do lugar.

Tal condição era pontuada - conforme indicado pelos entrevistados - ainda, pelo prestígio de que gozava esse reservado grupo de favorecidos, que conscientemente mantinham marcado padrão de vida e comportamento, distinto dos demais moradores da comunidade, de modo a estabelecer certo distanciamento simbólico e concreto, este em determinadas circunstâncias. Esse modelo de sociabilidade era impactado quando das hecatombes, comuns de ocorrer naquele território, os nivelando junto aos demais integrantes da comunidade, em razão das possibilidades das enormes perdas que teriam.

O recorte que finalizamos a transcrição acima, embora traga uma marcada questão estrutural do território da comunidade, ou melhor, a ausência de estrutura básica para a existência digna da sua população, tônica que perpassa o conjunto dos depoimentos. Também aponta para uma leitura da situação econômica da comunidade. O profundo poço econômico, materializado naquela comunidade, o qual encontra fundamento que está nitidamente atravessado por elementos da história da composição do país, como uma nódoa insolúvel sempre relusindo como parte da capa simbólica que orna a memória coletiva junto aos ocupantes daquele território.

## **O nonagenário**

O Sr Eliezer, nome também fictício, no alto de seus quase noventa anos de vida, está fora da comunidade há alguns anos. Contudo tem muitas lembranças relacionadas ao período da remoção que tratamos no momento e, de outros eventos relativos ao período em que esteve morando no território da Ilha de Joaneiro.

Este senhor foi líder comunitário durante alguns anos e integrante fundador da associação de moradores da comunidade. Conforme seu comentário: - são muitas histórias pra contar. Em sua entrevista o Sr. Eliezer informou que chegou à comunidade no início da década de 1950, depois de concluir tratamento de saúde na cidade de Recife, pois na cidade em que inicialmente morava não havia possibilidade de atendimento médico de saúde.

- Naquela época... – conforme continuou afirmando o Sr Eliezer: ... - era tudo de madeira. Mesmo assim havia algumas casas bem arrumadinhas. Mas, a maioria era muito precária. As pessoas também tinham muitas dificuldades, pra tudo. Quase todo mês, naquela época, a gente fazia abaixo-assinado para alguma autoridade. Nesses documentos, solicitávamos apoio para alguma necessidade da comunidade como um todo. Mas, também, para atender pessoas de dentro da comunidade, que estivesse precisando resolver alguma questão dela, como o enterro de pessoa da família. Isto era muito comum e já havia alguns políticos que procurávamos na certeza de ter alguma solução. Quando não era a solução pelo pagamento do caixão para o morto, pelo menos uma parcela relativa à parte do valor do mesmo. Ou então pedido de ambulância para conduzir pessoa gravemente adoentada para hospital.

- A associação de moradores... – seguiu falando o senhor Elezer - ...era bastante atuante, fazíamos muita coisa em prol da comunidade. Fui o secretário por três vezes. Tentei numa das eleições ser presidente, mas terminei em segundo lugar. - Continuou ele: - O trabalho era árduo,

pois muitos não percebiam a importância que a associação de moradores tinha para a comunidade. Tudo era muito complicado, quando se convidava a população para as reuniões, na maioria das vezes só vinham mais mulheres, elas sim, entendiam a importância da associação.

Em suas palavras seu Eliezer assevera que: - Alguns políticos queriam atrelar o trabalho que era feito na associação ao seu gabinete, principalmente nos períodos eleitorais. Eles, os políticos, ofereceriam muitas coisas, tipo: enxoval para bebê, material para melhorar a casa (pequena quantidade), passagem de ônibus/carro no dia da eleição e outras coisas, que já não lembro. Esses políticos “jogavam pesado”. Não vou citar nomes, mas os mais antigos moradores da comunidade os conhecem, alguns já se foram, quer dizer, morreram. Mas, as histórias ficam, e as pessoas contam para as outras, né?

Seguiu falando: ... - Já as remoções, bem, houve muitas. – Continuou o Sr Eliezer: ... - As principais que lembro foram as que fizeram para construir a Avenida Agamenon Magalhães, outra foi feita quando alargaram a Rua Othon Paraíso, mas a pior de todas foi para a construção do prédio da Companhia de Habitação de Pernambuco (COHAB). Desta vez veio com toda a força. Primeiro avisaram a todo mundo que as casas seriam indenizadas e a população que se virasse para encontrar outro local para morar. Foi um vendaval, lembro bem.



Foto 5 - imagem que situa a diferença de nível original da Ilha de Joaneiro, comparado ao aterro realizado.

Segue a fala do Sr Eliezer: ... - Veio uma comissão de pessoas do governo e fez uma reunião com os integrantes da associação de moradores, na sede da associação, alguns moradores participaram. Pouco mais de quinze dias depois já havia pessoas recebendo o valor das indenizações, que era decidido pelos agentes do governo, sem direito a recusar. Alguns moradores até tentavam conseguir valor de indenização maior, mas poucos conseguiram. As habitações que saíram de imediato foram aquelas que estavam no terreno que hoje é ocupado pelo prédio da sede da COHAB, que hoje recebe outro nome...

- Sr Eliezer continuou sua fala: ... - moradores das demais habitações, aquelas que estavam fora do perímetro de terreno reservado para a construção da COHAB, recusaram-se a sair, inclusive alguns já haviam recebido o valor correspondente às indenizações. Juntaram-se aos demais moradores que se recusaram a sair do território e formaram um grupo só para lutar contra essa violenta remoção. Foram feitas várias abaixo-assinados, passeatas, visita de comissão de moradores a gabinetes de vereadores e governo do Estado.

- O Sr. Eliezer, empolgado, segue falando: ... - Este movimento ganhou tanta força que pessoas que não eram da comunidade vinham para as reuniões que eram realizadas na associação de moradores. As pessoas da comunidade recusaram-se a receber as indenizações e não permitiam que derrubassem os barracos, foi uma luta muito grande, havia pessoas que já tinham netos e bisnetos criados todos ali, já pessoas adultas, com seus próprios filhos. Isto foi muito forte, houve uma união muito grande naquele momento entre as pessoas.

- Terminou que as autoridades daquela época chegaram à conclusão de não removerem os habitantes remanescente, pois a mobilização da população repercutiu inclusive fora do Estado de Pernambuco. A partir daí foi estabelecida uma comissão com integrantes da comunidade da Ilha de Joaneiro e de mais outras três favelas, que faziam parte de grande grupo de comunidade no entorno do bairro de Campo Grande, João de Barros, Santo Amaro e Torreão. Os representantes dessas comunidades juntaram-se à comissão de autoridades representantes do Estado para discutirem sobre a possibilidade de implantação, nas comunidades integrantes deste conjunto, de um grande projeto de melhoria das condições de habitação da população das comunidades<sup>8</sup>.

As reuniões para a implantação do projeto de urbanização tiveram início - conforme afirmou o senhor Eliezer: ... - em meados de 1980. Entretanto o projeto só foi iniciado no ano seguinte, com a realização de levantamento socio-econômico da população das quatro comunidades envolvidas, esses trabalhos foram realizados com a participação de integrantes das secretarias de governo do Estado circulando no interior da comunidade. A esse projeto foi dado o nome de Projeto Ponte do Maduro, que culminou na melhoria geral das condições de moradia da população, com a construção de casas populares em alvenária para os moradores remanescentes.

---

<sup>8</sup>. Julgo importante o leitor ter acesso a publicação da Comissão Huairou que trata do processo de concessão do título de posse de terras nas quatro comunidades que integram o Projeto Ponte do Maduro. Disponível em <http://espacofeminista.org/wp-content/uploads/2018/12/UM-PROCESSO-DE-REGULARIZA%C3%87%C3%83O-FUNDI%C3%81RIA-SOB-A-PERSPECTIVA-DE-G%C3%8ANERO-Ponte-do-Maduro.pdf>.

Os depoimentos acima são fiadores dos principais aspectos que constatamos ao longo da narrativa, os quais vêm sendo enleados ao longo do presente documento, eles são a “materialidade” de tudo o que foi alinhavado. Nestas falas estão colocados os elementos estruturantes e caracterizadores do modo de como essas pessoas se fizeram existir diante das imensas dificuldades a que foram submetidos, num ambiente inóspito e hostil, que foi paulatinamente sendo integrado. A esse tempo esse locus já se constituía no campo de permanência de distintas gerações de moradores, consoante a fala do Senhor Eliezer, fundamentando um território que estava em processo contínuo de construção simbólica e concreta, enquanto objeto da ação de gerações distintas de moradores supostamente ligados, inclusive, por vinculação de parentesco, demarcando um intrincada relação de pertencimento a qual se conjugavam indivíduos e território.

### **CAPÍTULO III**

#### **Território, limite, fronteira**

Neste capítulo pretendemos articular o conceito de memória coletiva junto à categoria museologia, buscando estreitar o limite estabelecido entre elas, supondo a existência simbólica de um fio que os separa. Este exercício visa fundamentar suas relações na definição do escopo teórico que embasa esta pesquisa, entendendo que há um território contíguo que permite o nosso caminhar para além dessa linha que as afastam, ou melhor, a fronteira que as definem. O traço definidor do presente trabalho está articulado no sentido que é dado a categoria “memória coletiva”, conforme Legoff (1984, 45): A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Ao longo do percurso que fizemos para configurar este trabalho, diversas vezes apontamos os indícios da relação existente entre as ações de resistência e a memória coletiva, no espaço da comunidade da Ilha de Joaneiro. Passo a passo fomos construindo a teia que simboliza tal relação. Agora buscamos alinhar os conceitos de memória coletiva e Museologia como elementos de conhecimento que se inter cruzam nesta construção.

A museologia “tradicional” durante muitos anos e, mesmo antes de questionar a si mesma sobre a possibilidade de se constituir em ciência, tornou o objeto e sua materialidade o fim último do seu conhecimento. A abordagem dada à materialidade das coisas, no espaço constituinte do museu, supunha um valor intrínseco em si mesmo. O objeto e o espaço institucionalizado do museu estavam para o campo museológico como o altar para o sacerdote. Por longos anos o

engessamento provocado por esta abordagem não permitia outra visão, fora deste direcionamento, que deixasse objeto e museu fora do foco. As iniciativas que emergiram a partir da Conferência de Santiago do Chile de 1972, redefiniram os horizontes para o campo museológico. Levando isso em consideração, vejamos o que afirma Suely Moraes Ceravolo e Maria de Fátima Moreira Tálamo (2008):

o espírito dos museus tradicionais estava sendo abalado por propostas da Nova Museologia e da EcoMuseologia. Espocavam experiências que, naquele momento, pareciam um rumo novo para os museus, melhor dizendo, para a lide com o patrimônio partindo do desejo e mobilização de grupos sociais, concebendo os museus de fora para dentro (Ceravolo e Tálamo, 2008, 2).

A partir desse contexto, o surgimento de novas possibilidades para o museu e a pesquisa no campo museológico ampliou os horizontes conceituais, redimensionando o conjunto das atividades que deveriam sustentar as ações dentro e fora do ambiente institucionalizado do museu, postulando inclusive a emergência de outras tipologias, que permitisse a participação colaborativa de outros atores sociais, de setores que tradicionalmente se encontravam ausentes dessas discussões.

A dinâmica engendrada após essa postulação instigou formular novos direcionamentos, ampliando-os positivamente, em função das políticas que foram articuladas no âmbito das entidades locais e internacionais, aquelas voltadas para o campo da museologia, com objetivo de estabelecer conjunto renovado de orientação, atualizando as funções do museu que se pretendia novo.

À guisa desta renovação conceitual o campo museológico ilumina suas teorias e práticas, suscitando sentidos que metodologicamente se amparam na interdisciplinaridade. Nesse entendimento postulam Ceravolo e Tálamo (2008,13): Museu é uma das formas de expressão da Museologia, e formas se alteram como se pode constatar com o surgimento dos ecomuseus, conforme a definição dada por Hugues de Varine<sup>9</sup>

Assim, entendemos que nosso constructo empírico investigativo, pautado na dinâmica que foi vivenciada pela comunidade que ocupa o território da Ilha de Joaneiro, ao ser percebido como documento da cultura, pois dialoga simultaneamente e transversalmente com áreas do conhecimento cuja fronteira delimita o espaço contíguo a Museologia, a exemplo da História, Arqueologia, Antropologia.

9. Para este autor "ecomuseu" é o modelo contemporâneo de museu, seguindo os atuais paradigmas científico-filosóficos em oposição ao modelo tradicionalista cartesiano. O prefixo "eco" faz alusão tanto ao entorno natural, a ecologia, como ao entorno social, a ecologia humana. No ecomuseu, o território e a memória dos moradores da favela são trabalhados como instrumentos de resistência, coesão, sentido de vida, festa, educação emancipadora, política, sustentabilidade Inteira e qualquer outro tema que os participantes entendam ser importantes para eles. A regra é estabelecida pela comunidade, podendo o Ecomuseu ser permanente, provisório, itinerante, apenas nas redes sociais e até fora de qualquer tipo de qualificação. Todas as ações são construídas como expressão da comunidade local na relação com o território e a memória coletiva. Para saber mais consultar o site: <https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Ecomuseu>. Dt. última consulta: 10/05/21 às 19:45.

Desta forma podendo ser entendido como construção do campo museológica, como se deduz do excerto seguinte:

[...] Esta seria uma variação possível da Museologia como área de conhecimento científico. [...] Museologia como área de conhecimento científico que se concretiza sobre indícios variados do Patrimônio cultural e natural (o objeto); [...]Essa perspectiva aponta para a Museologia como disciplina que independe do museu que nada mais é do que um dos seus possíveis exercícios tangíveis. Neste caso, a denominação do domínio é Museologia, e um de seus subdomínios museu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Focamos nossa construção seguindo a reflexividade como parte integrante da metodologia, associada a ímpar colaboração dos entrevistados na execução da pesquisa, isto tendo como suporte a memória coletiva e aludindo-a enquanto tema de interesse da museologia. Nosso processo construtivo seguiu em busca de interpretar as narrativas que foram desenvolvidas nos depoimentos coletados, os quais são a base que ilumina o aspecto que nos propusemos elucidar: as origens e motivações para a ação de resistência às remoções da população do território da comunidade da Ilha de Joaneiro, engendradas em função da memória social. Na construção deste entendimento aludimos as proposições abaixo:

A nossa proposição assente que o território funcionou como o *locus* de fundamental importância para o que se constitui como ação de resistência, vez que as relações que se constituíram, sejam sociais, políticas e/ou econômicas, foram construídas tendo por base aquele território, cuja própria tecitura deveu-se as ações coletivamente elaboradas, de modo consciente ou não, determinando a formação de um espaço comum, o qual estrapola o plano concreto, pois carrega profundamente elementos simbólicos, que se relacionam amplamente com o conjunto da população que o ocupa por várias décadas.

O território da Ilha de Joaneiro foi concebido enquanto uma arquitetura de resistência<sup>10</sup>, concreta e simbólica, o qual possibilitou que pessoas - trabalhadores em sua maioria invisível para a sociedade, “[...] *uma humanidade supérflua, entregue ao abandono [...]*”, Achille Mbembe (2013,16), constituíssem as suas existências a partir daquilo que lhes era “oferecido” pela mesma sociedade, da qual estavam excluídos. Esta condição evidenciada na precária situação de habitação, infraestrutura e socioeconômica daquela comunidade, à época.

---

<sup>10</sup> Sobre isto afirmam Menezes e Pena(2017): [...] têm lastro nas reivindicações ao direito à cidade (LEFEBVRE,2008) e na crítica aos processos de exclusão de parte da população, especialmente as minorias sociais, dos espaços públicos, impetrada pela elite política e econômica em conjunto com a iniciativa privada. Apud (LEFEBVRE,2008).

A Ilha de Joaneiro consistia no lugar de possibilidade concreta para construir a existência familiar e própria, neste aspecto carregado de sentido, sentido partilhado simbolicamente, naquele crítico momento, pela totalidade daquela população, assim lasteada na memória coletiva que, em nosso entendimento, foi um dos elementos fundantes e preponderante do significado que mobilizou aquelas pessoas para o movimento de resistência a remoção que foi imposto à comunidade.

## **REFERÊNCIAS**

**CHAGAS**, Mário; Memória Política e política de memória, 2003;

**FOUCAULT**, Michel: Microfísica do Poder; 1977;

**GONZAGA**, Vanessa: Bairro do Campo Grande, no Recife, tem sua história contada com a Revolução Praieira (2019); disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2019/09/12/bairro-do-campo-grande-tem-sua-historia-contada-com-a-revolucao-praieira>;

**HEITOR**, Gleyce Kelly; Resistência e re-significação da luta pela cidade na experiência do Museu da Beira da Linha;

**JESUS**, Alexandro Silva de; Curupira, mau encontro, tradução e dívida colonial; 2019;

\_\_\_\_\_; Da memória ao arquivo: proposições sobre o Patrimônio Genético;

**JEUDY**, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005;

**LE GOFF**, J. Memória. In: LE GOFF, J. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984 v. I, Memória-História;

**MARX**, Karl: O Capital: crítica da economia política; livro I: o processo de produção do capital Boitempo, 2017;

**MBEMBE**, Achille: Crítica da Razão Negra; 2013;

**MENEZES**, Hugo Neto; **PENA**, Fabíola: Ocupe o Solar das Artes – Salve o Solar da Beira: Do Direito à Cidade e aos Museus em Belém do Pará;

**NORA**, Pierre; Entre Memória e História; Projeto História, São Paulo; 1993;

**POLLACK**, Michael; Memória, Esquecimento, Silêncio; Estudos Históricos; 1989;

**STRÁNSKÝ**, Z. Z. Sobre o tema “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?” (1980). Tradução Teresa Scheiner. Museologia e Patrimônio, n. 1, p. 101-105, jul./dez. 2008, p. 101-105;

**SOUZA SANTOS**, Boa Ventura de; Estado, Direito e Questão Social; 1982.